



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR

PEDAGOGICAL PRACTICES FOR PROMOTING EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE SCHOOL CONTEXT

Andreza Aparecida Fidelis¹
André Luís de Souza Lima²
Aracilba Aparecida Serafim Rodrigues³

RESUMO

Este artigo analisa as produções acadêmicas sobre práticas pedagógicas para a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Básica, investigando a questão: O que dizem as produções acadêmicas sobre práticas pedagógicas para a promoção da ERER na Educação Básica? O objetivo é analisar práticas pedagógicas voltadas à ERER e mapear os avanços e desafios desde a promulgação da lei 10.639/03. Justificativa: A implementação efetiva da ERER é essencial para combater o racismo estrutural e promover equidade no ambiente escolar. Apesar da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, as práticas pedagógicas ainda enfrentam barreiras. A falta de formação continuada, materiais representativos e apoio institucional limita a transformação pedagógica, perpetuando abordagens superficiais que pouco contribuem para desconstruir estereótipos. A revisão de literatura aponta que muitos professores apenas cumprem as diretrizes legais sem aprofundar a temática. A presença de conteúdos eurocêntricos nos currículos e a ausência de incentivos institucionais dificultam a valorização da diversidade étnico-cultural. Conclui-se que fortalecer a ERER exige formação continuada e suporte institucional para que educadores promovam uma educação cidadã, pluralista e antirracista, essencial para uma sociedade mais justa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Relações Étnico-Raciais. Prática Pedagógica. Educação Básica.

ABSTRACT

This article analyzes academic productions on pedagogical practices for promoting Education of Ethnic-Racial Relations (ERER) in Basic Education, investigating the question: What do academic productions say about pedagogical practices for promoting ERER in Basic Education? The objective is to analyze pedagogical practices aimed at ERER and map the advances and challenges since the enactment of Law 10.639/03. Justification: The effective implementation of ERER is essential to combat structural racism and promote equity in the school environment. Despite Law 10.639/03, which made teaching Afro-Brazilian and African history and culture mandatory, pedagogical practices still face barriers. The lack of ongoing training, representative materials, and institutional support limits pedagogical transformation, perpetuating superficial approaches that do little to dismantle stereotypes. The literature

¹ Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGE/Unisul). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: andrezafidelis76@gmail.com.

² Professor Adjunto na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Doutor e Mestre em Educação e Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: andreslima82@gmail.com.

³ Discente de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGE/Unisul). Mestre em Educação e Graduada em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: ararodrigues2000@yahoo.com.br.



review indicates that many teachers only comply with legal guidelines without delving into the subject. The presence of Eurocentric content in curricula and the absence of institutional incentives hinder the appreciation of ethno-cultural diversity. It is concluded that strengthening EREER requires continuous training and institutional support so that educators can promote a citizen, pluralistic, and anti-racist education, essential for a fairer and more democratic society.

KEYWORDS: Education for Ethnic-Racial Relations. Pedagogical Practices. Basic Education.

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar.
E eu não vou me resignar nunca”.
Darcy Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

A aprovação da lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, representou um marco significativo na tentativa de inserir as relações étnico-raciais no contexto da educação brasileira. Esta legislação visa combater o racismo estrutural e promover uma educação que reconheça a diversidade cultural e histórica do Brasil, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e equitativa (Brasil, 2003). Entretanto, mesmo após mais de duas décadas desde sua sanção, a efetivação de suas diretrizes ainda encontra obstáculos, tanto na formação docente quanto na implementação prática no cotidiano escolar.

A produção acadêmica tem exercido uma função fundamental na avaliação e problematização das práticas pedagógicas voltadas para a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), refletindo sobre a adequação dos currículos, o preparo dos professores e a integração de temas étnico-raciais em diferentes disciplinas. A partir de diversas abordagens metodológicas, como revisões teóricas, sistemáticas e bibliográficas, a literatura tem se debruçado sobre os desafios e avanços da implementação da lei 10.639/03, identificando as lacunas existentes entre as orientações legais e a realidade vivenciada nas salas de aula.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) tem despertado crescente interesse acadêmico desde a implementação da lei 10.639/03. Estudos como os de Santos e Prudêncio (2023), identificado no Quadro I como R2, e Silveira e Alviano (2023), identificado como R3, destacam importantes avanços na promoção da ERER, evidenciando práticas pedagógicas que valorizam a diversidade cultural e contribuem para o enfrentamento do racismo estrutural.

Santos e Prudêncio (2023), em sua revisão sistemática da literatura (R5), identificaram que, embora a inserção da ERER no ensino de Ciências ainda seja incipiente, há propostas pedagógicas



que buscam integrar saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas nas disciplinas científicas. Essa abordagem amplia a compreensão do conhecimento científico e promove uma educação mais crítica e antirracista.

De forma complementar, Silveira e Alviano (2023) (R3) ressaltam que, embora a Educação Física tenha potencial para promover a diversidade cultural, ainda enfrenta desafios na efetivação de práticas pedagógicas que integrem a EREER.

Essas pesquisas convergem ao apontar que a construção de uma educação antirracista exige práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem as identidades étnico-raciais dos(as) estudantes. Contudo, destacam que a falta de formação continuada para docentes e a escassez de materiais didáticos ainda são desafios para a efetivação da EREER no cotidiano escolar.

Este estudo tem por objetivo analisar práticas pedagógicas e para isso usaremos uma revisão integrativa (RI) das práticas pedagógicas de promoção da EREER no contexto escolar, com o intuito de traçar um panorama abrangente da produção acadêmica sobre o tema desde a sanção da lei 10.639/03. O estudo busca artigos publicados nos últimos cinco anos para compreender como essas práticas têm sido descritas e discutidas recentemente. Dessa forma, pretende-se evidenciar os avanços, as dificuldades e as estratégias adotadas para fortalecer o currículo escolar com uma perspectiva antirracista e inclusiva. Ao mapear o que dizem as produções, pretende-se contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre as políticas educacionais e para a identificação de caminhos que possam apoiar a consolidação da EREER no sistema de ensino brasileiro, promovendo uma educação verdadeiramente equitativa e plural.

2 METODOLOGIA

A Revisão Integrativa (RI) é valorizada por sua capacidade de promover o desenvolvimento do conhecimento científico em diversas áreas, possibilitando uma análise ampla e minuciosa dos resultados obtidos por múltiplos autores. Segundo Kramm (2019, p. 52), essa metodologia permite que o pesquisador "[...] demonstre o avanço de uma área, possíveis lacunas no conhecimento disponível ou contradições, identificando aspectos que demandem maior aprofundamento". Originalmente desenvolvida nas ciências da saúde, a RI se expandiu para outros campos, como as ciências sociais e humanas, em que é amplamente empregada para avaliar e sintetizar a produção científica, particularmente na área da educação.



No âmbito da educação, as revisões integrativas (RIs) são essenciais na formação docente, fornecendo informações que promovem uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais e identificando demandas que podem orientar a elaboração de políticas públicas direcionadas à formação de educadores. Kramm (2019, p. 53) destaca que a RI "[...] possibilita uma compreensão mais profunda sobre práticas e políticas, promovendo uma visão integrada do conhecimento disponível [...]", o que é fundamental para estudos focados na análise das políticas educacionais.

Optar por esse tipo de revisão se justifica pela sua capacidade de integrar diferentes perspectivas e resultados, estabelecendo uma base consistente para a identificação de tendências, bem como para a formulação de novas hipóteses e abordagens metodológicas. A RI constitui uma metodologia de pesquisa que, através da sistematização e análise de múltiplos estudos, busca sintetizar o conhecimento existente sobre um determinado fenômeno.

O desenvolvimento de uma RI envolve seis fases estruturadas, conforme descrito por Souza, Silva e Carvalho (2010). Primeiramente, ocorre a definição do problema de pesquisa e formulação da pergunta, onde o pesquisador estabelece a questão central que guiará o estudo. Em seguida, são definidos os critérios de inclusão e exclusão, selecionando estudos com relevância, qualidade metodológica e pertinência temporal. A fase de busca e seleção dos estudos implica uma pesquisa meticulosa em bases de dados e outros recursos para reunir estudos que cumpram os requisitos definidos. Na avaliação da qualidade dos estudos, verifica-se a robustez metodológica dos estudos selecionados para assegurar a qualidade das evidências. Posteriormente, na análise e síntese dos dados, examinamos as informações para identificar padrões e temas comuns, oferecendo uma visão ampla do assunto. Por fim, na elaboração do relatório, o pesquisador documenta o processo, apresentando achados e implicações para a prática e pesquisa futura com clareza e estrutura. Estas seis fases são fundamentais para a realização de uma RI produtiva, permitindo uma análise ampla e crítica do conhecimento atual sobre o tema em estudo.

O estudo, de natureza qualitativa, foi desenvolvido em etapas para garantir a análise sistemática das produções acadêmicas sobre práticas pedagógicas voltadas à promoção da EREER no ambiente escolar. Na primeira fase, delimitou-se o tema com o objetivo de identificar práticas pedagógicas para a EREER na Educação Básica, levando à formulação da questão de pesquisa: O que dizem as produções acadêmicas sobre práticas pedagógicas para a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica?

Na segunda fase, definiram-se estratégias de busca e filtros. Para garantir a qualidade da revisão, foi selecionado o Google Acadêmico como principal base de dados, seguindo as



orientações de Souza, Silva e Carvalho (2010). Os descritores foram pesquisados sempre combinados por meio do operador booleano AND, garantindo um refinamento mais preciso dos resultados. Os descritores utilizados incluíram “Educação para relações étnico-raciais” AND “práticas pedagógicas” AND “escola”, mantendo a padronização da busca.

Os filtros aplicados abrangeram o período de publicação (2019 a 2024), idioma (português) e nível de ensino (educação básica). Quanto aos critérios de inclusão, optou-se por publicações em português, de caráter nacional e publicadas nos últimos cinco anos para garantir que a revisão abordasse os trabalhos mais recentes e relevantes sobre a temática, em crescente discussão, com foco em práticas pedagógicas voltadas à EREER na Educação Básica. Em relação aos critérios de exclusão, foram descartadas dissertações e estudos anteriores a 2019 para privilegiar as publicações mais atuais.

A busca inicial utilizando todos os descritores resultou em 74 artigos. Após a aplicação dos filtros de período e idioma, a amostra reduziu-se para 16 artigos. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão na leitura de títulos e resumos, foram excluídos oito estudos, incluindo três dissertações, mantendo-se apenas artigos. Dos 10 artigos remanescentes, cinco foram descartados por não focarem na Educação Básica ou por desviarem-se da temática central, como estudos sobre políticas de saúde, currículos de licenciatura ou representatividade docente. Restaram, assim, cinco artigos diretamente relacionados ao objeto de estudo, focados na EREER na Educação Básica, que foram selecionados para análise aprofundada.

A sistematicidade e coerência na seleção dos estudos, conforme apontado por Souza, Silva e Carvalho (2010), são fundamentais para garantir a qualidade de uma RI. A sistematicidade refere-se à organização rigorosa e criteriosa em todas as etapas do processo de revisão, desde a formulação da pergunta de pesquisa até a análise dos dados. Para alcançar bons resultados, é necessário seguir um protocolo bem delineado que inclua critérios claros de inclusão e exclusão, assegurando que apenas estudos relevantes e consistentes com o tema central sejam selecionados. No contexto da EREER no cotidiano escolar, essa sistematicidade é essencial para identificar práticas pedagógicas eficazes e verificar como a aplicação da lei 10.639/03 tem sido tratada em diferentes disciplinas e níveis educacionais.

A coerência, conforme descrita pelos mesmos autores citados acima, refere-se à habilidade de integrar os dados de maneira lógica e articulada, evitando contradições e garantindo uma análise robusta dos resultados. Em uma RI sobre a EREER, a coerência envolve a avaliação crítica de como os estudos dialogam entre si e de como suas conclusões contribuem para a promoção de um



ambiente escolar inclusivo e plural. Dessa forma, a análise deve evidenciar as convergências e divergências dos estudos, garantindo que as práticas pedagógicas selecionadas estejam alinhadas com os objetivos da educação antirracista e do combate ao preconceito racial no contexto escolar.

Após essa etapa, procedeu-se à identificação dos estudos selecionados, apresentados no Quadro 1. O Quadro 1 apresenta uma visão geral dos estudos selecionados para análise, que abordam diferentes dimensões da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na educação básica. A maior parte das publicações é recente (2022-2023), o que indica que o tema tem ganhado mais visibilidade e espaço acadêmico nos últimos anos.

Quadro 1: Identificação dos estudos selecionados

ORDEM	TÍTULO	AUTORES	DATA	PUBLICAÇÃO
R1	Mapeamento Sistemático da Literatura sobre a Lei 10.639/03, do Parecer CNE/CP 3/2004 e seus Impactos Insatisfatórios na BNCC	Maria Elizabete Pereira Mota, José Anderson Santos Cruz	2023	Revista @mbiente de educação
R2	Formação de Professores de Ciências e as Relações Étnico-Raciais: Uma Revisão Bibliográfica	Jéferson Evangelista dos Santos, Christiana Andréa Vianna Prudêncio	2023	Anais de evento: VIII Encontro Nacional das Licenciaturas / VII Seminário do PIBID / II Seminário do Residência Pedagógica
R3	Educação para as Relações Étnico-Raciais nas Pesquisas em Educação Física e Formação Inicial: Um Estado do Conhecimento	Keylla Amélia Dares Silveira, Wilson Alviano Júnior	2022	Revista Práxis Educativa Ponta Grossa, v. 17
R4	A Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da Ludicidade: Uma Revisão de Literatura	Geisa Martins Nogueira Costa, Maricleide Pereira de Lima Mendes	2023	Revista Debates em Educação Vol. 15 Número 37
R5	A Abordagem das Relações Étnico-Raciais no Ensino de Ciências: Uma Revisão Sistemática da Literatura	Jéferson Evangelista dos Santos, Christiana Andréa Vianna Prudêncio	2023	Revista brasileira de ensino de ciências e matemática RBECM, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 63 – 94

Fonte: Autores, 2024.



Durante a leitura completa dos artigos selecionados, fizemos anotações detalhadas sobre as características gerais das publicações. Essas anotações foram fundamentais para a elaboração da matriz de análise apresentada no Quadro 2.

Quadro 2: Anotações

SIGLA	AUTORES	TÍTULO	OBJETIVO	ÁREA DO CONHECIMENTO	METODOLOGIA
R1	Maria Elizabete Pereira Mota, José Anderson Santos Cruz	Mapeamento Sistemático da Literatura sobre a Lei 10.639/03, do Parecer CNE/CP3/2004 e seus Impactos Insatisfatórios na BNCC"	Realizar um mapeamento sistemático da literature sobre a implementação da Lei 10.639/03 e seus impactos na BNCC.	Educação e Currículo Escolar	Revisão sistemática da literatura de 2018-2022
R2	Jéferson Evangelista dos Santos, Christiana Andréa Vianna Prudêncio	"Formação de Professores de Ciências e as Relações Étnico-Raciais: Uma Revisão Bibliográfica"	Analisar a inserção das relações étnico-raciais na formação de professores de ciências para promover uma educação antirracista.	Ciências da Natureza e Formação Docente	Revisão bibliográfica
R3	Keylla Amélia Dares Silveira, Wilson Alviano Júnior	"Práticas Pedagógicas voltadas à Promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ambiente Escolar"	Discutir a integração das relações étnico-raciais na formação de professors de educação física.	Educação Física e Formação Docente	Revisão teórica
R4	Geisa Martins Nogueira Costa, Maricleide Pereira de Lima Mendes	"A Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da Ludicidade: Uma Revisão de Literatura"	Explorar como a ludicidade pode ser uma ferramenta pedagógica para promover a educação das relações étnico-raciais.	Educação, Ludicidade e Relações Étnico-Raciais	Revisão de literatura



R5	Jéferson Evangelista dos Santos, Christiana Andréa Vianna Prudêncio	"A Abordagem das Relações Étnico-Raciais no Ensino de Ciências: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Artigos Científicos"	Identificar práticas pedagógicas que inserem elementos das relações étnico-raciais no ensino de ciências.	Ciências Exatas (Química, Física, Biologia) e Relações Étnico-Raciais	Revisão sistemática da literatura
----	---	---	---	---	-----------------------------------

Fonte: Autores, 2024.

Este esboço possibilitou uma aproximação inicial aos temas tratados nos artigos. O Quadro 2 revela a diversidade de enfoques e metodologias adotadas nos estudos sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). As pesquisas abrangem áreas como currículo escolar, ciências, educação física e ludicidade, evidenciando a transversalidade do tema. As metodologias predominantes — revisões sistemáticas, bibliográficas e teóricas — reforçam o esforço em consolidar conhecimento a partir da literatura existente, refletindo sobre as lacunas e potencialidades das práticas pedagógicas. Essa abordagem permite mapear tanto os desafios na implementação das diretrizes legais quanto as estratégias que podem fortalecer a formação docente e a construção de uma educação antirracista.

A próxima etapa envolve a leitura integral dos artigos selecionados, que servirá como base para a construção de um corpus de dados a ser submetido à análise categorial (Quadro 3). A categorização dos dados, orientada pelos critérios previamente estabelecidos, permite a organização sistemática das informações e a construção de matrizes comparativas de análise. De acordo com Kramm (2019), a categorização é essencial para estruturar e interpretar dados de maneira a revelar padrões significativos. Com base nessa análise detalhada, busca-se construir uma síntese rigorosa e consistente sobre as práticas pedagógicas voltadas à promoção da ERER, proporcionando uma compreensão aprofundada e crítica do tema.

Quadro 3: Categorização dos estudos selecionados a partir da sua importância na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

ABORDAM IMPORTÂNCIA DA ERER:	ARTIGOS
NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	R1, R2, R3, R4, R5
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	R1, R2, R3



NA ÁREA DA CIÊNCIA	R2, R5
NA EDUCAÇÃO FÍSICA	R3

Fonte: Autores, 2024.

A categorização apresentada no Quadro 3 evidencia a amplitude das discussões sobre ERER nos estudos selecionados, destacando sua presença na prática pedagógica, na formação docente e em áreas específicas do conhecimento. A predominância da ERER na prática pedagógica (R1, R2, R3, R4, R5) indica um esforço consolidado para integrar a temática ao cotidiano escolar. A formação de professores (R1, R2, R3) também se mostra um eixo central, reforçando a necessidade de preparar educadores para uma abordagem antirracista. A presença da ERER na área da ciência (R2, R5) e na educação física (R3) demonstra que, embora ainda segmentada, há uma preocupação em incluir essa perspectiva em diferentes campos do ensino. Esse mapeamento permite compreender as potencialidades e desafios na efetivação da ERER no currículo escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A IMPORTÂNCIA DA ERER NO CURRÍCULO ESCOLAR E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O estudo R1 revela desafios importantes para a implementação da ERER, como o desinteresse de alguns professores e a influência de crenças religiosas. Esses fatores criam uma distância entre as diretrizes legais e a prática pedagógica, dificultando a aplicação efetiva da lei na educação básica. Os autores apontam que a falta de materiais didáticos adequados e a ausência de formação continuada para os educadores são barreiras que limitam esse processo. Essa análise dialoga com Gomes (2012), que defende a necessidade de descolonizar o currículo para romper com a visão eurocêntrica e construir uma educação verdadeiramente antirracista e inclusiva.

A persistência de preconceitos enraizados entre alguns professores compromete o empenho indispensável para implementar mudanças na postura pedagógica e curricular. A investigação empírica de Coelho (2010), realizada em escolas paraenses, revela que as práticas pedagógicas ainda necessitam de estratégias eficazes para abordar a diversidade cultural e étnico-racial. Segundo a autora, essa limitação resulta na reprodução de estereótipos e na manutenção de



uma educação que não contempla integralmente a diversidade de identidades existentes no contexto escolar.

A ausência de formação adequada de professores e técnicos educacionais para trabalhar a ERER compromete a aplicação das diretrizes legais e pode reforçar estereótipos sobre a história e a cultura afrodescendente. Os estudos R1 e R2 evidenciam que a falta de materiais pedagógicos específicos e a insuficiência de formação continuada dificultam a desconstrução de preconceitos enraizados, o que impacta diretamente as práticas pedagógicas. Conforme apontado por Coelho (2010), essa lacuna formativa contribui para que os estudantes reproduzam estigmas, perpetuando a discriminação racial no ambiente escolar e enfraquecendo os esforços para construir uma educação antirracista e inclusiva.

A análise dos estudos R2 destaca uma lacuna significativa na formação de professores no que diz respeito à conexão entre o ensino de Ciências e as relações étnico-raciais (ERER), uma deficiência que se reflete na prática pedagógica. Esses estudos evidenciam que a inclusão de temas de diversidade cultural e de promoção da educação cidadã e crítica é essencial, especialmente em um momento de formação de professores, onde a abordagem dessas questões ainda é insuficiente.

Essa carência se alinha às reflexões de Munanga (2005) em "Superando o Racismo na Escola", que enfatiza a necessidade de uma revisão curricular para incluir conteúdos étnico-raciais, com o objetivo de desconstruir a hegemonia eurocêntrica e combater o racismo estrutural. Para Munanga, a transformação do currículo em direção à pluralidade é uma estratégia crucial para garantir uma educação inclusiva, que reconheça a diversidade e as múltiplas contribuições dos saberes afro-brasileiros e africanos.

Assim, a falta de abordagens sistemáticas e críticas sobre as ERER no ensino de Ciências, conforme identificado nos estudos R2, não só limita a compreensão dos alunos sobre essas contribuições culturais, mas também mantém a predominância de uma perspectiva eurocêntrica que exclui outras fontes de conhecimento. Essa lacuna coloca uma pressão adicional sobre os educadores, que, frequentemente, diante da escassez de recursos e apoio institucional, não conseguem integrar efetivamente esses temas em sua prática pedagógica.

Considerando os argumentos de Gonçalves e Silva (2006) na obra "O Jogo das Diferenças – O Multiculturalismo e seus Contextos", a inclusão das Africanidades Brasileiras no currículo escolar não deve se limitar a disciplinas como História e Língua Portuguesa, mas precisa ser interdisciplinar, impactando também áreas como a Educação Física e as Ciências.



Nesse contexto, R3 aponta para a marginalização dos saberes afro-brasileiros nessa área, além de destacar a importância da EREER na formação de educadores de Educação Física. Os autores discutem as limitações das abordagens pedagógicas inclusivas e a necessidade de uma preparação crítica, que ultrapasse os critérios legais. Segundo Gomes (2011), a formação docente deve refletir um compromisso com a luta contra o racismo estrutural, fazendo da escola uma estratégia local para o enfrentamento das desigualdades raciais. Esse alinhamento teórico reforça a necessidade de práticas pedagógicas mais amplas e consistentes na Educação Física.

Quanto à formação de docentes, o estudo enfatiza a necessidade de capacitação continuada e crítica para que os professores incorporem práticas pedagógicas antirracistas e transformadoras. Essa formação deve não apenas atender aos requisitos legais, mas também ser uma oportunidade para o desenvolvimento de uma pedagogia inclusiva e acolhedora, que incentive a reflexão e o enfrentamento das desigualdades raciais.

O estudo R3 aponta a carência de aprofundamento sobre a atuação da disciplina de Ciências na promoção das relações étnico-raciais, algo que se conecta diretamente com a reflexão de Gomes (2012), que enfatiza o desafio de descolonizar os currículos. A falta de uma abordagem crítica e inclusiva no ensino das Ciências reflete a rigidez das grades curriculares, que muitas vezes mantêm uma visão restrita e empobrecida do conhecimento. Gomes alerta para a necessidade de um currículo que dialogue com a realidade social e que dê voz às culturas historicamente silenciadas. Assim, ao considerar as relações étnico-raciais no currículo escolar, não só se reconhece a pluralidade de saberes, mas também se constrói uma educação que questiona as estruturas hegemônicas e promove um ensino mais justo e reflexivo, capaz de engajar tanto os professores quanto os estudantes na transformação social, convergindo com as reflexões de Gomes (2012, p. 102):

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Com base nessas discussões sobre práticas pedagógicas lúdicas, R4 observa uma carência significativa de pesquisas e abordagens voltadas ao uso da ludicidade para a promoção das relações étnico-raciais no contexto escolar. Há evidência de que apenas 3% das produções acadêmicas discutem diretamente esse tema, o que destaca a necessidade urgente de investir em novas



metodologias que não apenas contemplem a diversidade, mas que também promovam a valorização identitária e o combate ao racismo no ambiente escolar.

Munanga (2005) ressalta a importância de abordagens pedagógicas que desafiem os paradigmas racistas e sejam fundamentadas em uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e culturais envolvidas no processo educativo.

A ausência de estudos sobre a ludicidade como ferramenta evidencia uma importante lacuna no desenvolvimento de práticas que possam, ao mesmo tempo, fortalecer identidades culturais e promover uma educação antirracista. Conforme argumentam os autores em R4, práticas lúdicas possuem um potencial significativo para fortalecer as identidades culturais dos alunos e criar um ambiente mais inclusivo e antirracista (Costa; Mendes, 2023). No entanto, a baixa valorização da ludicidade como prática pedagógica no campo da EREER revela a falta de incentivo a abordagens que, por meio do prazer e da interação, possam desafiar preconceitos raciais de maneira sutil e eficaz.

A ludicidade oferece uma via potente para que as interações escolares se tornem mais inclusivas, possibilitando que os alunos descubram e valorizem suas próprias identidades e as de seus colegas em um ambiente acolhedor. No entanto, essa metodologia ainda é subutilizada nos currículos e na formação docente, o que reflete uma falha estrutural significativa. A formação de educadores para tratar da diversidade cultural e étnico-racial permanece limitada, e muitos docentes carecem de capacitação crítica para utilizar práticas lúdicas como ferramentas pedagógicas eficazes para a EREER.

Integrar a ludicidade nas práticas pedagógicas representa uma estratégia relevante para a construção de uma educação mais inclusiva, que desafie as estruturas raciais excludentes e promova um ambiente escolar mais justo e plural. Munanga (2005, p. 132) reforça a importância de uma formação contínua e contextualizada: “[...] Não se trata apenas de informar, mas de formar, de tal maneira que o professor aprenda a ensinar respeitando a diversidade e, ao mesmo tempo, a combater as práticas discriminatórias”.

Assim, é essencial que as políticas de formação docente incentivem o desenvolvimento de uma pedagogia que não se limite à aplicação técnica de conteúdos, mas que seja orientada para a transformação social. Portanto, a integração de práticas lúdicas e de uma formação docente crítica e comprometida são essenciais para uma educação que combata o racismo e promova uma cultura de paz e respeito à diversidade. A lacuna na literatura sobre esse tema, aliada à pouca atenção dada à formação de professores antirracistas, demanda um olhar mais atento e investimentos que



incentivem pesquisas e práticas efetivas, capazes de refletir as demandas de uma sociedade multicultural e antirracista.

Por fim, a análise R5 sobre o ensino de Ciências no contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) destaca a importância de uma formação docente que ultrapasse a perspectiva eurocêntrica, integrando saberes africanos e afro-brasileiros no processo educativo.

Essa abordagem dialoga com as reflexões de Gomes (2012), que enfatiza a necessidade de descolonizar o currículo escolar, de modo que os saberes historicamente marginalizados sejam reconhecidos e incorporados na prática pedagógica. Para a autora, a valorização da diversidade étnico-racial não deve se limitar à inclusão desses temas como conteúdos isolados ou meramente transversais, mas deve permear o cotidiano escolar e ser compreendida como parte constitutiva da formação humana. Como ressalta Gomes (2012, p. 147),

"[...] trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar."

Esta compreensão encontra respaldo na pesquisa de Coelho (2010), que evidencia a dificuldade dos agentes escolares em lidar com temas étnico-raciais, revelando a persistência de resistências e limitações na abordagem pedagógica acerca da diversidade. A autora destaca que a reprodução de preconceitos e a marginalização de conteúdos afro-brasileiros e africanos ainda são práticas recorrentes no ambiente escolar, o que contribui para a manutenção de estruturas racistas no sistema educacional. Como observa Coelho (2010, p. 89).

3.2. A IMPORTÂNCIA DA ERER NA EDUCAÇÃO FÍSICA E NAS CIÊNCIAS

A Educação Física, como componente do currículo escolar, tem um papel significativo na promoção das relações étnico-raciais (ERER), mas ainda enfrenta uma carência de aprofundamento sobre como atuar efetivamente nesse campo, como destacado no estudo R3 “[...] há uma carência de aprofundamento sobre como a Educação Física pode atuar como uma ferramenta de promoção das relações étnico-raciais” (Silveira; Alvariano Júnior, 2022, p. 22). Apesar de um crescente interesse acadêmico em integrar questões étnico-raciais na educação, as barreiras para a implementação prática dessas discussões nas escolas são consideráveis. A falta de uma abordagem sistemática e inclusiva impede que a Educação Física se torne um espaço de



valorização das diferentes manifestações culturais e corporais que refletem a diversidade étnica brasileira.

Ao refletir sobre a contribuição da Educação Física para a EREER, podemos alicerçar a discussão em um conceito defendido por Gonçalves e Silva (2006, p. 158), que afirma: “[...] É importante, desde logo, lembrar, sobretudo em se tratando de estudos que se propõem a conhecer e valorizar feições étnico-histórico-culturais, e por isso mesmo socialmente situadas, que não há um único estilo de apreender e de significar o mundo”. Gonçalves e Silva (2006) enfatizam a importância de reconhecer e valorizar as diferentes formas de apreender e significar o mundo, especialmente quando se trata de feições étnico-históricas-culturais posicionadas socialmente. Nesse sentido, a Educação Física tem o potencial de ser uma poderosa ferramenta para promover a inclusão ao incorporar práticas corporais e atividades culturais que reconheçam as influências afro-brasileiras e indígenas na formação da identidade nacional. Ao trazer para o ambiente escolar manifestações culturais como danças, ritmos e jogos tradicionais de diferentes grupos étnicos, a disciplina pode não apenas valorizar essas expressões, mas também questionar os estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizam esses saberes.

A integração das EREER na Educação Física, portanto, se alinha aos princípios de uma educação antirracista, conforme defendido na lei 10.639/03, que busca incluir o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Ao considerar a diversidade como um valor central, a Educação Física pode ser um espaço para questionar a visão eurocêntrica que ainda predomina nas práticas pedagógicas e promover uma compreensão mais ampla da pluralidade cultural. Isso envolve a construção de metodologias pedagógicas que abordem as relações étnico-raciais, não apenas como uma temática a ser discutida, mas como uma realidade a ser vivenciada no dia a dia escolar.

Em sintonia com os estudos R2 e R5, que defendem a inserção das EREER nas disciplinas científicas, a Educação Física também pode contribuir para a ampliação da compreensão dos estudantes sobre a importância de reconhecer as contribuições afro-brasileiras, ampliando o currículo escolar e proporcionando aos alunos uma educação mais inclusiva e plural. Assim, a Educação Física, ao promover práticas que evidenciem as relações étnico-raciais, não só enriquece o ambiente escolar, mas também fortalece a luta contra o racismo estrutural, criando um espaço educacional onde a diversidade é celebrada e respeitada.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica sobre práticas pedagógicas voltadas à promoção da EREER na Educação Básica permite responder à pergunta de pesquisa: O que dizem as produções acadêmicas sobre práticas pedagógicas para a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais na escola básica? Embora existam avanços pontuais, a implementação dessas práticas ainda enfrenta barreiras significativas que limitam sua abrangência e continuidade no contexto escolar brasileiro. As produções acadêmicas expõem tanto a diversidade de abordagens quanto as lacunas evidentes, como a falta de recursos específicos e a insuficiência na formação crítica dos docentes para sustentar uma pedagogia inclusiva e antirracista.

Verificou-se que há características comuns entre os estudos, como a ênfase na formação contínua dos professores e na necessidade de materiais didáticos que abordem a diversidade étnico-racial de forma contextualizada. Contudo, grande parte das práticas pedagógicas para a EREER são aplicadas de forma isolada, sem integração sistemática ao currículo escolar. Essa fragmentação dificulta a consolidação de um perfil unificado e consistente para as práticas pedagógicas antirracistas, resultando em um avanço superficial e pontual das diretrizes da Lei 10.639/03.

A crítica acadêmica aponta ainda para a necessidade de preencher lacunas, especialmente em pesquisas que investiguem de maneira direta o impacto dessas práticas pedagógicas nas percepções e atitudes dos estudantes. Estudos longitudinais, que acompanhem a aplicação da EREER ao longo do tempo, poderiam contribuir para entender melhor a eficácia das abordagens e indicar ajustes necessários. Além disso, as escolas carecem de estratégias para desenvolver redes de apoio mútuo, através das quais possam compartilhar experiências e consolidar práticas bem-sucedidas, promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

Por fim, evidencia-se a urgência de políticas públicas e investimentos que promovam uma formação docente continuada, o desenvolvimento de materiais didáticos consistentes e o fortalecimento da responsabilidade governamental para o financiamento dessas iniciativas. A construção de uma educação antirracista requer comprometimento e ampliação das estratégias já existentes, a fim de que a EREER seja plenamente implementada e que as contribuições da população negra sejam reconhecidas, valorizadas e integradas ao patrimônio cultural e histórico do Brasil.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p.1, 9 jan. 2003.

COELHO, W. N. B. **Questão racial na escola**: representações dos agentes da escola sobre os conteúdos etnicoculturais. Belém: UNAMA, 2010.

COSTA, G. M. N.; MENDES, M. P. L. A Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da ludicidade: uma revisão de literatura. **Debates em Educação**, v. 15, n. 37, 2023.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, 2012.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2011.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. e. **O jogo das diferenças – o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KRAMM, D. L. **Políticas de Formação de Professores da Educação Básica no Brasil**. 222f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC SP, 2019.

MOTA, M. E. P.; CRUZ, J. A. S. Mapeamento sistemático da literatura sobre a Lei 10.639/03, do Parecer CNE/CP 3/2004 e seus impactos insatisfatórios na BNCC. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 16, n. 0, e 023006, 2023.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, J. E.; PRUDÊNCIO, C. A. V. A abordagem das Relações Étnico-Raciais no Ensino de Ciências: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática (RBCM)**, v. 2, n. 2, 2023.

SANTOS, J. E.; PRUDÊNCIO, C. A. V. Formação de professores de Ciências e as Relações Étnico-Raciais: uma revisão bibliográfica. **Anais do VIII ENALIC**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

SILVEIRA, K. A. D.; ALVARIANO JÚNIOR, W. Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento. **Práxis Educativa**, v. 17, pp. 1-21, 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, [S. l.], v. 8, p. 102-106, 2010.

Enviado em: 19/11/2024

Aceito em: 28/03/2025